

Base deprimida de gastos realça contingenciamento

Para escapar da discussão relevante sobre em que áreas deveria fazer seus ajustes orçamentários e como resolver o equilíbrio fiscal de longo prazo, o governo tem partido para uma inócua discussão semântica sobre se o que foi feito foi contingenciamento, corte ou bloqueio. Usualmente, todos os governos têm usado os três termos para dizer a mesma coisa: redução de limites orçamentárias dos ministérios por falta de receitas ou porque a despesa está acima do teto.

Por óbvio, os novos limites são estabelecidos apenas nas despesas discricionárias, já que gastos obrigatórios como previdência e pessoal não podem ser interrompidos.

No caso atual, a frustração de arrecadação, que coloca em risco o cumprimento da meta de resultado primário, é o motivo para os bloqueios realizados. Se o governo eventualmente conseguir mais receitas do que o previsto, pode reverter os cortes - ou contingenciamento, ou bloqueio.

O problema todo é que a falta de tração no PIB tem, na realidade, feito o governo perder receitas. Para piorar, eventos que poderiam reforçar bastante o caixa federal, como o leilão das áreas excedentes da cessão onerosa e a privatização da Eletrobras, ainda não cumpriram trâmites burocráticos suficientes para que os técnicos do governo possam incluí-los nas projeções de receitas. Somente esses dois eventos resolveriam todo o déficit fiscal mapeado para este ano.

O presidente Jair Bolsonaro e seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, conduziram muito mal a discussão sobre o corte nessa área. Ao partir inicialmente para a bravata de dizer que os cortes seriam

feitos em universidades onde havia "balbúrdia", citando especificamente três delas, o comandante do MEC provocou não só professores e estudantes, mas também tirou o aspecto técnico da discussão. Ao tentar recuperá-lo, o processo já tinha perdido o controle e o governo passou para a ofensiva linguística, tão inútil quanto, e passaram a lembrar o óbvio: todos os governos fizeram cortes orçamentários, inclusive na área da educação.

Nos últimos anos, os gastos obrigatórios (principalmente Previdência e pessoal) só subiram e ocuparam espaço daqueles de livre direcionamento (as despesas "discricionárias"), limite que ficou mais evidente após a emenda do teto de gastos, que impede o governo de ampliar suas despesas acima da inflação.

O Orçamento aprovado pelo Congresso havia colocado R\$ 129,4 bilhões para as discricionárias, valor que os próprios técnicos reconhecem que já era complicado administrar. O contingenciamento anunciado em março empurrou esse limite para pouco menos de R\$ 100 bilhões.

Algumas áreas já flertam com a possibilidade de parar seus serviços no segundo semestre. É ilustrativo lembrar da crise dos passaportes em 2017, quando o corte de gastos e os erros de coordenação entre a equipe econômica e o Ministério da Justiça culminaram na paralisação temporária do serviço, que depois foi revertida com remanejamento de verbas de outros setores.

A diferença que torna a situação mais difícil para o atual governo é que o bloqueio orçamentário em vigor se dá em uma base muito mais deprimida de despesas. Assim, é natural que hoje qualquer redução de limite





orçamentário e financeiro seja mais notada do que há alguns anos, quando alguma gordura na estrutura de gastos ainda era evidente.

Além da penúria nas universidades, outros indicadores evidenciam a gravidade do quadro atual. Como mostrou o repórter Fábio Pupo na última sexta-feira, os investimentos da União no primeiro trimestre representaram apenas 0,35%, de longe o pior resultado da série histórica iniciada em 2007 e um mau sinal para as perspectivas econômicas do país.

Um novo contingenciamento está por vir ainda neste mês, conforme já indicaram autoridades, inclusive o ministro Paulo Guedes. Os números da área técnica apontam para um corte adicional de no mínimo R\$ 5 bilhões aos R\$ 29,8 bilhões anunciados em março.

Em que áreas esses limites serão reduzidos é mais um problema que o governo terá que administrar. Se a lição foi aprendida, deve-se evitar os erros na condução do processo e, com serenidade e equilíbrio, tratar o assunto de forma realista, mostrando que a grande questão, hoje, é resolver a equação fiscal a partir da reforma da Previdência e retomar o crescimento do país em bases mais elevadas.

Sem isso, não haverá alternativa que não seja cortar ainda mais. E, seja na Educação ou qualquer outra pasta, as reclamações virão e serão cada vez mais duras.

Encontros Priscila Cruz

"O MEC poderia ter lutado por menos cortes"

Para presidente da Todos Pela Educação, governo precisa desinflamar discurso e negociar

Pela primeira vez as manifestações de rua – na última quarta- feira, em todo o País – tiveram a educação como pauta principal. E colocam o governo na parede para decidir que rumo dar a essa área nos próximos anos. Quem faz essa reflexão é Priscila Cruz, da Todos Pela Educação. A presidente da organização recebeu a repórter Marília Neustein para entrevista no dia seguinte aos protestos e espera duas coisas. Que o governo adote um discurso menos inflamado e que um projeto voltado para a educação comece a ser implementado. "Isso exige todo mundo trabalhando junto e não inimigos na ponta", diz. "Faz parte do trabalho do gestor público negociar com todas as partes, fazer essa articulação", adverte. Para Priscila, o Brasil vive uma situação fiscal "crítica", porém o contingenciamento poderia ser aproveitado para se fazer melhorias de gestão. "Cortes podem ser bons para ajustes de gestão, contratos, soluções criativas, planejamento estratégico, ante um cenário mais apertado. Mas é preciso frisar: isso não significa que o Brasil já investe muito em educação". Abaixo, trechos da entrevista.

O número de manifestantes

dos protestos na semana passada foi uma surpresa?

Acho que a convocação da Câmara dos Deputados e a fala do próprio presidente acabaram ampliando a manifestação. Muita gente aderiu por conta do que aconteceu 24 horas antes. Houve outras demandas, mas a educação foi o tema preponderante dos protestos. Isso é um sinal importante, pois não temos no Brasil um histórico de manifestações pela educação. Pode ter um peso simbólico, a depender da reação do governo.

De que maneira?

O governo tem de ter a clareza de que, para uma gestão que prioriza a educação básica é necessário um ambiente positivo e propositivo. Políticas públicas de cadeia longa de implementação – na União, nos Estados e municípios, com uma quantidade enorme de trabalhadores na ponta – começam no gabinete e não sobra nada no outro extremo. Por que não sobra? Porque o que mantém essa cadeia eficiente é a confiança que seus agentes têm nas lideranças públicas.

Em geral, o que é que as lideranças fazem para manter esse elo de confiança?

Elas não inflamam, não criam um ambiente negativo de trabalho, adotam falas moderadas e construtivas. É difícil você ver um

gestor público interessado nessa cadeia de implementação ter uma fala inflamada. Porque ele sabe que essas duas situações são incompatíveis: inflamar e querer resultados. Não é compatível.

Você está dizendo que é necessário o governo dialogar?

Sim. Ter muita conversa, gerar um empoderamento dessa cadeia. Se o governo Bolsonaro quiser entregar resultados educacionais tem que acabar com o discurso inflamado, entender que o período eleitoral acabou e que precisamos entrar em outro modo.

Qual modo?

De concepção e implementação. Isso exige todo mundo trabalhando junto e não inimigos na ponta. E isso que estou dizendo não é uma imagem quixotesca, eu sei que tem quem joga contra. Vivemos em uma sociedade plural, que acolhe diferentes visões. Mas faz parte do trabalho do gestor público negociar com todas as partes, conseguir fazer essa articulação.

E isso não está acontecendo?

Não. Estamos vivendo um ambiente em que as lideranças públicas estão incitando essa disputa. Para quem está preocupado com o resultado educacional, o relógio está andando. É preciso acalmar os ânimos.





A questão ideológica está se sobrepondo à questão pragmática de resultados?

Não acho que seja tão simples assim, mas essa é uma impressão forte que eles passam. Por outro lado, se você olhar a apresentação que o ministro levou tanto para o Senado quanto para a Câmara, é uma apresentação pragmática. Não há muita nuance ideológica. Por isso acho que eles estão ainda tentando entender a qual bandeira vão se agarrar. Só que não dá para agarrar ao mesmo tempo a bandeira ideológica e a técnica- pragmática. Porque uma inviabiliza a outra. O (ministro) Abraham Weintraub terá que fazer uma escolha. Acho que ele está flertando com os dois caminhos, quer compatibilizar duas coisas incompatíveis.

Quanto ao contingenciamento de verbas, acha que seria possível não haver cortes na educação? Ou cortar menos?

Sem dúvida vivemos uma situação fiscal crítica. Não dá para tapar os olhos ou ser ingênuo. Mas cortes podem ser bons para fazer ajustes de gestão, contratos, procurar soluções criativas, planejamento estratégico. Seria um bom gancho pra promover melhorias de gestão. Mas é preciso ressaltar: isso não significa que o Brasil já invista muito em educação.

É um discurso que está sendo repetido, que já se investe muito.

O Brasil investe em proporção do PIB algo semelhante ao que os países da OCDE investem. No entanto, o nosso PIB per capita é menor e nós

temos 47 milhões de alunos. Os países da OCDE não têm esse contingente tão alto. Quando vamos fazer a distribuição desses recursos para as crianças e jovens, o que chega é o equivalente a um terço do que se investe. Então ou é falta de informação ou desonestidade intelectual dizer que o Brasil investe muito em educação.

Acha que o governo não soube explicar a crise fiscal para comunicar uma melhoria de gestão?

Não é só o comunicado. Em momentos de corte você não faz isso de maneira linear. É preciso tratar entidades, pessoas e instituições diferentes de formas diferentes, senão você nivela por baixo. É isso que está acontecendo: um corte linear com esse discurso da isonomia, enquanto a gente podia usar os cortes para promover melhoria de gestão lá na ponta.

E a postura do ministro?

Eu gostaria de ter visto, como cidadã, um MEC lutando por menos cortes. O Marcos Pontes fez isso na Ciência de Tecnologia. É função do ministro defender sua pasta.

O ministro tem batido na tecla da educação básica, algo também dito em outras gestões.

A Constituição diz que os municípios são responsáveis pela educação infantil e pelo ensino fundamental. Os Estados, pelo ensino fundamental e o ensino médio. E que a União é responsável pelo ensino superior – e, na educação básica, pela função supletiva de financiamento e de apoio técnico.

De que maneira vocês avaliam esse papel de impacto do governo federal na educação básica?

O que temos visto é que todos os programas em que o governo federal apoia Estados e municípios financeiramente têm impacto. E que uma coordenação técnica nacional é fundamental.

O que você acha de projetos como voucher para educação privada ou home schooling, que também estão na pauta?

Na educação não temos uma capacidade instalada na iniciativa privada para atender 47 milhões de alunos. A escola é um atendimento diário de no mínimo 5 horas por dia, de 47 milhões de crianças e jovens. Eu não me oponho a ter um projeto piloto de propostas tipo voucher. Não se trata de um bloqueio ideológico em relação a isso, mas me parece uma aposta incerta quando já temos algumas certezas – por exemplo, que os Estados que ampliaram sua rede de escolas de tempo integral estão tendo resultado estratosféricamente maior no ensino médio.

E quanto ao ensino domiciliar?

É a mesma coisa, como acréscimo de "pior". Se for uma política promovida pelo Estado, as primeiras crianças que vão deixar de ir pra escola são as com deficiência e aquelas cujos pais querem que trabalhem. Além disso, vai ser mais caro para o Estado – que terá de avaliar essas crianças todos os anos, em todas as disciplinas. Imagina a operação que é isso em território nacional? Pro Brasil, em plena crise





fiscal, é melhor usar a energia dirigida a promover o home schooling para melhorar a escola pública.

A figura do professor está sendo tratada de forma pejorativa em certos discursos. Como vê isso?

Entre todos os determinantes de qualidade, quando olhamos o que faz um aluno aprender, o professor é o maior deles. Maior que a gestão da escola, o financiamento. Tudo. Porque existe uma dinâmica que acontece no processo de aprendizagem: a relação de confiança que se estabelece entre aluno e o professor. Essa relação precisa ser positiva. Se o governo e a população começam a dizer pro aluno filmar e denunciar o professor, essa confiança é quebrada. A aprendizagem acaba aí.

O governo diz que os professores fazem doutrinação na sala de aula. É desejável que tenha doutrinação na escola?

Claro que não, o professor está lá pra ensinar. Mas estimular alunos

a denunciarem os seus professores é a estratégia mais equivocada, se a gente quer resultado educacional. Porque ao fazer isso a gente está rompendo o vínculo positivo do aluno com o professor. Como que você soluciona a doutrinação – que está longe de ser algo comum? Por dois caminhos: gestão escolar – quem tem que observar o professor se perceber doutrinação é o diretor de escola. E a outra estratégia, que os países decentes adotam, é formar o professor. Você faz formação. O professor não vai ter nem tempo para isso.

O Brasil não respeita os profissionais da educação?

Somos um País que não valoriza a educação, não a usa como um eixo central do seu projeto de nação. A gente nunca levou a educação como um vetor de desenvolvimento social, de redução da violência, das desigualdades. Valorizar a educação no dia a dia é valorizar o professor, os profissionais da educação. São eles que estão executando a política.

Bolsonaro organiza 1ª viagem ao Nordeste

Presidente entrega casas populares e anuncia verbas para novas obras; segundo Ibope, região é a mais crítica a governo

Felipe Frazão /
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro decidiu fazer uma ofensiva em território quase todo comandado por governadores da oposição. Na semana seguinte aos maiores protestos de rua contra seu governo, Bolsonaro fará a primeira viagem oficial ao Nordeste, para entregar casas populares e anunciar mais verbas para obras de infraestrutura. É nessa região que o presidente registra as piores avaliações – para 40% dos nordestinos, o governo é ruim ou péssimo, conforme o Ibope. O roteiro tomará toda a sexta-feira. Em Petrolina (PE), Bolsonaro vai entregar um conjunto habitacional do programa Minha Casa Minha Vida.

Em Recife (PE), deverá anunciar um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, a ser usado em obras de infraestrutura. Ao todo, o fundo passará a ter R\$ 25,8 bilhões em 2019. Oficialmente, a viagem marcará o lançamento do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), elaborado



Plano Gustavo Cerato, ministro do Desenvolvimento Regional, trabalhou em pacote de propostas para região Nordeste

pela primeira vez, no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O presidente vai ser reunir, no Instituto Ricardo Brennand, complexo cultural da capital pernambucana, com 11 governadores. Todos da região confirmaram presença – Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Além deles, irão os governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo parte do Sudene. Parlamentares nordestinos, que cobravam a ida do presidente à região, também estão sendo convidados. Na primeira entrevista após assumir o cargo, Bolsonaro disse que os governadores nordestinos não deveriam pedir dinheiro a ele. "Não venham pedir nada para mim, porque não sou presidente. O presidente está lá em

Curitiba", disse ele, em referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso na Lava Jato. Bolsonaro, porém, argumentou que não abriria uma guerra política para não prejudicar os eleitores.

"Não posso fazer uma guerra com governador do Nordeste atrapalhando a população. O homem mais sofrido do Brasil está na região Nordeste. Vamos mergulhar para resolver muitos problemas do Nordeste." A viagem de Bolsonaro foi precedida de encontros com esses governadores. Em uma reunião recente em Brasília, ministros palacianos apelaram por mais apoio à reforma da Previdência. Argumentaram que, apesar das diferenças políticas, não era mais tempo de "palanque". Os governadores disseram entender a necessidade da reforma, mas cobraram proteção aos pobres do Nordeste. A região registra a maior taxa de desemprego no País: 15,3%, acima da média nacional, de 12,7%. E vem sofrendo com o arrocho no orçamento.

Nos três primeiros meses do ano, Bolsonaro enviou R\$ 242 milhões aos Estados nordestinos. Sem descontar a inflação no período, foram 3,2% a menos frente ao





mesmo período do ano passado, ainda na gestão de Michel Temer. Os números referem-se aos recursos para despesas discricionárias, que o governo pode ou não fazer. Não entram nessa conta as transferências obrigatórias. Cortes. Em carta aberta após encontro com Bolsonaro em Brasília, os governadores do Nordeste reclamaram dos cortes orçamentários nas universidades e institutos federais, que motivaram as marchas de rua da semana passada, e solicitaram a retomada de obras rodoviárias, de segurança hídrica e habitacionais, como forma de combater o desemprego.

"A pauta dele não tem nada a ver com a necessidade do Brasil. Dar arma a vereador, tem coisa mais velha que isso?", comentou um governador, reservadamente, ao deixar o encontro. Em 2018, o petista Fernando Haddad venceu em todos os Estados do Nordeste. Para reverter o quadro negativo, Bolsonaro encomendou aos ministros ações imediatas, além do

plano de longo prazo. Os ministros prepararam a Agenda Nordeste, um conjunto de ações de curto prazo – a maioria delas já existia em governos anteriores, mas será remodelada.

Entre elas, estão a instalação de cisternas nas escolas (do Ministério da Cidadania), que também anunciou pagamento de 13.º no Bolsa Família; a aquisição de alimentos da agricultura familiar e crédito fundiário (a cargo a pasta da Agricultura); ligação por internet em escolas rurais e o estímulo ao interesse por ciências (Ciência e Tecnologia e Educação); e a Rede Cegonha, de atenção básica a mães e bebês (Saúde). "A região precisa de atenção especial, é a que tem a maior representatividade do País, com maior número de governadores", diz o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto. "A ida dele traz um marco para a região, mostra visão estratégia que vai além do governo dele. O plano é pensado para 12 anos, extrapola a gestão e mostra um pensamento de Estado."

DISCURSO OFICIAL

● O que disseram os ex-presidentes na primeira viagem de cada um ao Nordeste

FHC – 1995 (9 de fevereiro)
"Eu estava vindo agora, de helicóptero, e estava olhando a paisagem aí, não é? No rio São Francisco, a irrigação. A gente tem de tomar cuidado para preservar a natureza e não deixar que as árvores morram."

AULA MINISTRADA A ALUNOS DO ENSINO BÁSICO EM SANTA MARIA DA VITÓRIA (BA)

Lula – 2003 (10 de janeiro)
"Eu vi crianças com quatro anos de idade, com o bracinho mais fino do que meu dedo. Significa que essa criança está passando fome, significa que essa criança não está aprendendo direito na escola."

DISCURSO NA VILA IRMÃ DULCE, EM TERESINA (PI)

Dilma – 2011 (21 de fevereiro)
"É importante perceber que nós só conseguiremos diminuir a desigualdade

regional se aqui nós fizermos sempre um pouco mais do que é feito no resto do Brasil."

DISCURSO NA ABERTURA DO 12º FÓRUM DE GOVERNADORES, EM ARAÇAJU (SE).

Michel Temer, 2016 (9 de dezembro)
"Eu acho que, se ao longo desses dois anos, nós conseguirmos entregar por inteiro as obras da transposição, só isso valeria um governo."

INSPEÇÃO DE OBRAS EM SURUBIM (PE)

Plano estabelece prioridades na distribuição de verbas

Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) é uma obrigação constitucional que começou a ser feita no governo Michel Temer. Documentos similares também foram elaborados pelas superintendências de desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte, mas Bolsonaro acolheu sugestão do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto. Com base em critérios do IBGE, o plano estabelece 41 regiões prioritárias para investimentos, além das nove capitais dos Estados. A ideia é que esses polos funcionem como indutores de geração de emprego, expansão do saneamento básico, diminuição das desigualdades de renda e de indicadores como mortalidade materno-infantil e analfabetismo.

"Pensamos os problemas da região, identificamos os potenciais e áreas em que podemos aportar recursos de forma estruturante. A ideia é tirar de ações difusas, isoladas, e criar algo que sistemicamente faça sentido e desenvolva a região. Nos últimos 14 anos, foram investidos no Nordeste

R\$ 380 bilhões de recursos federais, como Bolsa Família, BPC, PAC. Muita coisa foi feita, mas se tivesse sido coordenado, muito provavelmente o resultado seria melhor", diz Canuto. O PRDNE será transformado em lei após tramitar no Congresso Nacional, junto ao Plano Plurianual, planejamento de quatro anos elaborado no início de todos os governos. O horizonte de validade, porém, é de 12 anos.

Congresso. No dia 30 de maio, o documento será enviado ao Planalto e tem de chegar até agosto ao Congresso. Durante a discussão política, a Sudene, os governadores e as bancadas estaduais vão iniciar tratativas políticas para garantir o orçamento. "Aí, sim, haverá conjugação de esforços para definição de prioridades e das possibilidades de o orçamento atender as necessidades do Nordeste", diz Mário Gordilho, superintendente da Sudene. A ideia é que o documento sirva como um portfólio de projetos prioritários para estimular aporte de verbas federais e estaduais. Ele passará a ser apresentado, por exemplo, para captação de emendas parlamentares.